



SINDICATO DOS TRABALHADORES DA AVIAÇÃO E AEROPORTOS

GREVE GERAL

24 de Novembro

Mobilizar para a Greve Geral

Dia 24 de Novembro de 2011 há uma Greve Geral, protesto que visa as medidas anunciadas no Orçamento de Estado para 2012 proposto pelo Governo de coligação PSD/CDS que em nada favorece os trabalhadores. O SITAVA apresentou o pré-aviso de greve em todas as empresas onde temos representação (mais de 40) de maneira a que todos os trabalhadores possam nela participar, com vista a mostrar o descontentamento contra as duríssimas medidas que o Governo pretende implementar contra os trabalhadores e as empresas do sector de Aviação e Aeroportos e em solidariedade com os ataques a todos os outros sectores fragilizados da sociedade.

O Orçamento suicida

É mentirosa a ideia de que as medidas de austeridade são premissa indispensável para a resolução do problema da confiança dos mercados financeiros. Assumi-la é ignorar a complexidade e as consequências desastrosas que tais medidas provocam na economia. O Orçamento de Estado apresentado pelo Governo de coligação PSD/CDS para 2012 – e que irá ser sujeito a sufrágio ainda neste mês de Novembro - assenta numa insensibilidade preocupante que visa **os salários e as pensões** como principais alvos, uma estratégia que afectará principalmente o consumo e a procura interna, que tenderão a retrair-se e, consequentemente, a diminuir as receitas do Estado.

Passos Coelho não concretizou os números que sustentam o desvio nas contas públicas a partir dos quais argumentou as medidas de austeridade para 2012. Sabe-se agora que o desvio não é de 3ME mas sim de 1,6ME (600ME do buraco da Madeira, 600ME de receitas não fiscais que ainda podem ser cobradas em 2011 e 400 ME de dotação provisional para fazer face a despesas imprevistas. Agora Bruxelas desmente o 1º Ministro quanto ao desvio e recomenda ao governo uma austeridade inteligente para não prejudicar o crescimento. As medidas anunciadas não têm qualquer justificação, é pura violência irresponsável.

Temos consciência da situação difícil por que passa o País no momento, resultante de consecutivas políticas desastrosas por parte dos sucessivos Governos, mas o argumento da inevitabilidade da austeridade torna-se penoso de aceitar quando verificamos que os rendimentos de capital continuam inatacáveis. Tão-pouco nos convence a inflexibilidade concedida no Memorando da Troika, cujos compromissos ora são dados como intocáveis ora são deixados cair para satisfazer interesses de alguns grupos e sectores.

Tendo em conta a promessa eleitoral do actual Primeiro-Ministro de que não aumentaria os impostos, a subida do IVA, do preço da água e do gás, e o corte dos subsídios de férias e de Natal – que, na prática, constituem um autêntico imposto sobre os pensionistas e funcionários públicos – vêm confirmar que as bases desta coligação assentam em mentiras e em falsas esperanças para os Portugueses.

O que o governo propõe até 2013 é o esbulho aos trabalhadores portugueses entre 40% a 50% do seu rendimento, ou seja, o confisco de quase metade do que hoje ganhamos. **Sendo este um problema de todos, temos todos de fazer greve no dia 24 de Novembro.**

Os cortes dos benefícios fiscais em 50% nos encargos com a habitação que podem ser deduzidos ao imposto de IRS e ainda a redução de 30% para 10% dos mesmos, no sector da Saúde, que afectarão todos os escalões, contrastam gritantemente com os benefícios fiscais concedidos às empresas que atingirão, só em 2012, 1715 milhões de euros a nível do IRC. Num período em que são pedidos tantos sacrifícios aos cidadãos e em que se fala em aumentar as receitas do Estado, ficamos indignados ao verificar que 70% dos benefícios fiscais concedidos sejam relativos a grupos económicos – a maioria sediados na zona franca da Madeira.

As medidas demagógicas da tentativa de redução de feriados e do aumento do horário de trabalho que, na prática, terá apenas como efeitos a diminuição da oferta de emprego, o roubo de um salário por ano a cada trabalhador e a entrega ao patronato da gestão do “banco de horas” mensal, que pode levar a que os trabalhadores sejam obrigados a trabalhar por exemplo um Sábado por mês, constituem um inadmissível retrocesso laboral num país onde já se trabalha mais horas anuais (1719) do que nos restantes congéneres da zona Euro (1703).

O Sector da Aviação e Aeroportos sai fragilizado

Nesta panóplia de medidas apresentadas no OE 2012, as empresas do sector da Aviação e Aeroportos são, também, visadas: a intenção de reduzir o número de postos de trabalho e o congelamento da matéria económica e das evoluções, contrariamente ao que está previsto nos Acordos de Empresa, vem atirar os trabalhadores para uma situação precária e irreversível. Ao mesmo tempo, a intenção de privatizar empresas com um valor estratégico para o País vêm reduzir a importância de Portugal num plano internacional, para não falar do valor dos impostos que as mesmas deixam de pagar ao Estado.

Ninguém acredita que estas medidas serão adequadas para tirar Portugal da situação em que se encontra. O Orçamento de Estado é um instrumento de orientação que deve promover o papel da responsabilidade do Estado tendo em conta uma determinada concepção política, não devendo ser somente um papel técnico desprovido de sensibilidade social. Por sabermos que a voz dos trabalhadores só será ouvida quando gritada por muitos, em união e na rua, apelamos à participação de todos na **Greve Geral** que se irá realizar no próximo dia 24 de Novembro contra esta proposta do Orçamento para 2012 e contra todos os ataques aos direitos dos trabalhadores. Precisamos de uma mudança e ela só será possível com o nosso empenho. Existe esperança para o futuro, mas só será alcançada com a união de todos.

24 de Novembro: todos em Greve Geral!